

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A PRODUÇÃO DE UM NOVO CIDADÃO

Marcelo Vicentin¹

marcelovicentin@yahoo.com.br
Universidade São Francisco

Carlos Roberto da Silveira

carlosilveir@yahoo.com.br
Universidade São Francisco

Resumo

Este artigo busca discutir as interferências do neoliberalismo nas políticas públicas educacionais, particularmente sobre a escola, naquilo que tomamos como seu principal produto: o cidadão. Para tanto, nos referenciamos em Michel Foucault e em seu pensamento de crítica ao presente, que nos permite apreender e desnaturalizar as características de certo momento e o que nos constitui, as diferenças entre aquilo que somos e o que não somos mais. O conceito moderno de cidadão emergiu concomitantemente à escola moderna e republicana, ao Iluminismo e à *Aufklärung*, acontecimentos que impactaram a formação do que somos, do que nos tornamos; contiguamente, o controle das populações, o exercício da biopolítica e um processo de governamentalidade que, por meio de práticas e técnicas, inventaram um modo de ser, agir e interpretar o mundo. Em contraposição, a razão neoliberal parece dissolver e/ou desmontar este modo de ser e estar no mundo, à cidadania baseada no estado democrático e nos direitos humanos. Deste modo, pela crítica ao presente, como proposto por Foucault, propomos refletir sobre as interferências do pensamento neoliberal nas políticas públicas educacionais, seu impacto sobre a escola e, conseqüentemente, os caminhos, e desvios, da constituição do cidadão contemporâneo.

Palabras clave: Ciudadanía, Escuela, Neoliberalismo.

Abstract

This article seeks to discuss the interferences of neoliberalism in public educational policies, particularly on school, in what we take as its main product: the citizen. For this, we refer to Michel Foucault and his critique of the present, which allows us to apprehend and denature the characteristics of a certain moment and what constitutes us, the differences between what we are and what we are no longer. The modern concept of citizen emerged concomitantly with the modern and republican school, the Enlightenment and the *Aufklärung*, events that impacted the formation of what we are, what we have become; contiguously, the control of populations, the exercise of biopolitics and a process of governmentality that, through practices and techniques, invented a way of being, acting and interpreting the world. In contrast, neoliberal reason seems to dissolve and / or dismantle this way of being and being in the world, to citizenship based on democratic state and human rights. Thus, by critique of the present, as proposed by Foucault, we propose to reflect on the interferences of neoliberal thought in public educational policies, their impact on school and, consequently, the ways, and deviations, of the constitution of the contemporary citizen.

Introdução

A definição do conceito de cidadania não é única; é construída e constituída por práticas de governamentalidade, por modos de se governar os homens, por práticas e técnicas distintas, cada qual movimentada pela emergência de acontecimentos singulares. Como os acontecimentos do XVIII, o século das Luzes, da Revolução Francesa: acontecimentos imbricados e inscritos no que somos, pensamos e fazemos; século da *Aufklärung* por Immanuel Kant, que de acordo com Foucault (2008a, 2010b, 2014) é um processo cultural singular sobre a atualidade, de como a interrogamos, sua crítica; um acontecimento que produz sentido e valor que se manifestam nas formas de

racionalidade e de técnica, na autonomia do indivíduo e no saber; um processo que nos liberta da menoridade; *Sapere Aude*, coragem de saber, de fazer uso de seu próprio entendimento, que altera a relação entre a vontade, a autoridade e a razão, do homem consigo mesmo. A emergência de acontecimentos que reorganizam o modo de ser e estar no mundo, certa governamentalidade, que representam mais deslocamentos do que rupturas, modos novos de governar os homens; a emergência de um modo de governo dos homens com suas maquinarias, técnicas, ferramentas, dispositivos que produzem uma maneira de governar.

Aufklärung como o momento em que a humanidade fará uso de sua própria razão, sem se submeter a nenhuma autoridade (...) as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer, e o que é permitido esperar. É um uso ilegítimo da razão que faz nascer, com a ilusão, o dogmatismo e a heteronomia: ao contrário, é quando o uso legítimo da razão foi claramente definido em seus princípios que sua autonomia pode ser assegurada. (Foucault, 2008a, p.340-341)

Razão é raciocinar, pensar livremente sem esquecer e/ou abandonar o papel e as funções de cidadão e de cidadania para com a sociedade: a sobreposição entre uma razão livre e uma razão pública; os usos da razão como garantia da obediência ao corpo político. *Aufklärung* é uma questão ética e política; para Foucault (2008a, p.341): “o esboço que poderia se chamar de atitude de modernidade”.

Modernidade como uma governamentalidade que distendeu, modificou, deu novas formas à razão de Estado, por meio de mecanismos e técnicas disciplinares, códigos, regulamentos, obrigações da população para com o Estado; certa governamentalidade liberal que, a partir do século XVIII, desenvolveu uma prática sobre o corpo da população, sua biopolítica, regulada pela maximização da economia, avançando sobre a razão de Estado “que desde o fim do século XVI, procurara na existência e no reforço do Estado o fim susceptível de justificar uma governamentalidade crescente e de reger o seu desenvolvimento” (Foucault, 2010a, p.394).

Com a emergência de uma sociedade civil, o discurso de liberdade se tornou imanente à racionalidade governamental, um imperativo direito dos indivíduos que deve ser respeitado e nunca esquecido pelos governantes, que devem adequar o sistema jurídico, o direito público a toda uma razão de liberdades individuais, coletivas, econômicas. Isto é o que tomamos hoje como cidadania, em suma, ter direitos e igualdade perante a lei; direito à vida, à liberdade e à propriedade; o direito à educação, à saúde, ao trabalho e à aposentadoria, de participar das decisões que orientam à sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos; consolidados a partir do XVIII, dos movimentos ocidentais que proporcionaram a emergência de eventos como a Independência americana e a Revolução Francesa, que se tornaram símbolos na erupção dos direitos do cidadão, “uma fronteira

que, ultrapassada, nos abriu a possibilidade histórica de um Estado de direito, um Estado dos cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas sim por uma Carta de Direitos” (Mondaini, 2012, p.128-129).

Para melhor amalgamar essa identidade cidadã que seduzia o mundo, possibilitando ao indivíduo a igualdade de direitos e o livre exercício da liberdade, o direito de sublevação contra o Estado, o sufrágio universal, mesmo que inicialmente apenas para homens brancos e com posses, reorganizou-se antigos dispositivos, como a educação, ampliando-a, tornando-a pública, leiga, e mantida pelo Estado, a fim de produzir um novo modelo civilizatório do qual emergiria o novo homem de uma sociedade igualitária, o cidadão: racional, emancipado, maior.

Consequentemente, como dispositivo de governamentalidade, a escola enredou para a produção de um indivíduo particular da Modernidade: o cidadão. Por meio de suas práticas, técnicas, máquinas, tecnologias a serviço da produção de um saber específico, inventou um modo de ser, agir, compreender, interpretar o mundo; normalizou sentidos, emoções, desejos. Como máquina de guerra, tornou-se objeto de disputa por campos ideológicos, razões de governo. Sua força produtiva a colocou como objeto de desejo, maior e melhor ativo para o fortalecimento de modos de viver, de verdades, de jogos de poder, pois como “instituição de sequestro” (Foucault, 2011b) captura corpos, aplicando e difundindo saberes, criando sujeitos que o mundo necessita para existir.

Modernidade, liberalismo e educação

A emergência da Modernidade nomeou a vida como estatuto, redefinindo o homem desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, constituindo a cidadania como uma instituição em movimento que define os direitos e os deveres do que se pode considerar um cidadão, sejam estes políticos, civis ou sociais. Cidadania como efeito de uma governamentalidade que age sobre o corpo via disciplina, via pedagogização pelo dispositivo escolar, pela educação: movimentos que tiveram como objetivo e procedimentos a conduta, o governo das crianças, emergindo certa positividade pedagógica de condução para melhor prover as forças do Estado. Para Foucault (2008b, p.310) esse “é o problema da instituição das crianças. O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria”.

Deste modo, paralelamente a uma ciência sobre o capital e o mercado, produção e trabalho, a governamentalidade liberal produziu deslocamentos no campo educacional, por meio de uma positividade que se movimentou por uma educação pública nacional, em substituição à estatal, e laica sob a primazia da razão, e que

se fizesse universal, gratuita e obrigatória no grau primário, e orgânica em seus diferentes graus. Essa positividade é a defesa que fez Marie Jean Antoine Nicolas Caritat – Marquês de Condorcet – como presidente da *Comissão de Instrução Pública da Assembleia Legislativa Francesa* por meio do *Plano de Instrução Nacional*, em 1792, em consonância com os termos da Constituição francesa de 1791, que indicou a criação e organização de uma educação pública e gratuita para todos os cidadãos, com novas representações na esfera pública, transitando por acepções de cidadania, de soberania e de pedagogia, que deslocou a educação, pelo signo das políticas públicas de alcance popular, para a emergência de um homem novo, tornando-se a própria razão de ser do Estado, a escola erigindo-se como o templo da República.

Rompendo com uma antropologia cristã pessimista em relação à natureza humana, Condorcet (1943, 1989) teve por objeto o aumento da felicidade pública, com a sobreposição de educação e democracia, logo um dever dos governantes para com os cidadãos a fim de expandir as virtudes democráticas da igualdade, da justiça e da liberdade. O conhecimento, pela instrução pública, emanciparia a consciência livre; um sujeito capaz de pensar por si mesmo, sem o recurso à razão alheia, promovendo o pleno exercício da cidadania, pelo estabelecimento de leis que assegurassem a liberdade na esfera civil.

O plano desenvolvido por Condorcet exerceu enorme influência sobre os projetos que o sucederam, tornando-se referência para a educação francesa moderna, como também para outros países europeus e americanos. O projeto, em consonância com o pensamento democrático e liberal, inovava ao projetar um processo de escolarização em que a razão teria a prioridade sobre o ensino ministrado e alcançasse todas as camadas econômicas, dos menos privilegiados aos mais ricos, custeado, em parte, pelo Estado. Entretanto, de acordo com Schérer (2009), essa escola republicana e iluminista é uma utopia, um dispositivo pelo qual se pretende construir e organizar a sociedade por meio de uma reforma social, sendo a escola parte essencial desse plano de adaptação do cidadão ao Estado.

As massas constituem uma matéria resistente para a ação política, cuja tarefa consistirá, portanto, em educá-las. [...] projeto ilusório - sempre adiado para o futuro - de instauração de uma ordem social, enfim, definitiva e dotada de todos os recursos de segurança, em que os integrantes do corpo social, formados do mesmo modo, convergem por vontade própria para o mesmo objetivo. [...] Na União Soviética e na China, assim como nas sociedades "liberais", a fórmula "educação antes de tudo" é uma palavra de ordem contra a qual não existe nenhuma objeção séria. (Schérer, 2009, p.26-27)

De tal maneira, para além do projeto educacional de Condorcet, com a Modernidade, cidadania e direitos humanos se tornaram iminentes a fim de conferir proteção à população, objeto prioritário para a organização da

vida estatal. Este novo poder que se instaurou, de acordo com Foucault (2010c) tem no indivíduo e na espécie o objeto de suas práticas e técnicas de poder, procedimentos, uma tecnologia disciplinar sobre um homem-corpo na distribuição e organização espacial, na racionalização e na economia, no treinamento, na vigilância, no assujeitamento, e uma disciplina sobre o homem-espécie, o homem como ser vivo: o exercício de uma biopolítica.

Tal biopolítica põe em marcha um controle minucioso sobre a população, auferido por dados estatísticos que organizam a administração política e econômica dos fenômenos, e suas variáveis, a ela relacionados: “natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, intolerância das doenças, forma de alimentação e de habitat” (Foucault, 2011a, p.28). Um poder de assujeitamento, de controle e educação do corpo que introjeta disciplina no indivíduo e um poder de controle sobre o coletivo, a sociedade civil. Para Foucault (2007), o desenvolvimento da economia política como um sistema de coerção e condução do humano, não apenas um conhecimento de produção de riquezas, mas um sistema de pensamento que além de determinar o valor de bens e serviços, objetivava o comportamento da população, da sociedade e do Estado, como políticas educacionais e de saúde.

De acordo com Foucault (2010a), o liberalismo não é uma teoria, uma ideologia, uma utopia ou um modo de a sociedade se representar, mas uma tecnologia particular de governo, entendida como uma atividade na condução e coerção dos homens, uma maneira de governar o melhor possível o corpo da população pelo Estado no exercício de seu governo e soberania política; uma maneira de fazer orientada, refletida e regulada pela crítica e pela evidência científica, por uma reflexão contínua. Consequentemente, a escola liberal, base da escola moderna, de constituição do cidadão e dos direitos humanos, do discurso de liberdade e libertação, é, antes de tudo, um dispositivo de controle, de coerção, de certa governamentalidade, certo modo de condução e subjetivação de sujeitos.

Para o liberalismo, o mercado não é somente uma ciência empírica, mas espaço de formação e manifestação de práticas e regimes de verdade apoiados sobre um saber e um poder; técnicas, procedimentos e conhecimentos de base científica que modificou o governo dos homens, estabelecendo uma racionalidade sobre os aparelhos diplomático-militar, policial, do direito e da justiça, incorporando o respeito e a liberdade às iniciativas dos indivíduos, e a gestão da população.

Neoliberalismo e educação

A organização dos sistemas de ensino pela governamentalidade neoliberal segue o processo de universalização posto em movimento pela globalização, um grande mercado mundial em que se empregam “imagens da criança-rei, da empresa divinizada, do gerenciamento educativo, do estabelecimento descentralizado, do pedagogo não diretivo, do avaliador científico, da família consumidora” (Laval, 2004, p.XI), por métodos oriundos da prática gerencial de empresas, de pedagogias de concepção instrumental e individualista, da padronização dos métodos de ensino e dos conteúdos, ao desempenho dos alunos em testes e provas de sistemas de avaliação gerais e unificados. Essa governamentalidade produz uma sensação de crise no sistema escolar, um esvaziamento dos pressupostos da escola republicana, fundamentada nos princípios iluministas, tendo como principal objetivo a formação do cidadão.

A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Não é a sociedade que garante a todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenômeno que afeta tanto o sentido do saber, as instituições transmissoras dos valores e dos conhecimentos quanto às próprias relações sociais. À afirmação da autonomia plena e inteira de indivíduos sem amarras, exceto aquelas que eles próprios querem reconhecer, correspondem instituições que não parecem mais ter outra razão de ser que o serviço dos interesses particulares. (Laval, 2004, p.XI-XII)

A escola republicana e liberal se firmou como uma extensão do corpo burocrático do Estado e da identidade civil de seus cidadãos, entretanto nunca esteve distante das demandas do liberalismo, como o fortalecimento do comércio e da indústria. Maiores recursos e desenvolvimento econômico estimularam essa faceta da escola, na produção pedagógica de valores do mundo do trabalho quanto na formação de quadros, de profissionais-liberais ao Estado. Entretanto, contemporaneamente, o mercado determina mais diretamente as mudanças escolares, e a maquinaria escolar, cada vez mais utilitarista, vai se moldando as transformações técnicas e científicas mais ligadas à vida cotidiana e suas demandas, que, no contemporâneo governamentalizado pelo neoliberalismo, se traduz pela sociedade de mercado e suas necessidades mais prementes.

Laval (2004) observa que esse processo de industrialização da formação escolar redefiniu o sistema educacional na emergência de uma abordagem que pode ser aplicada a outros sistemas produtivos, a escola como uma máquina produtiva. Para tanto, a escola deve ocupar-se com a formação de uma mão-de-obra qualificada, visto que não é mais a única fonte do saber, logo deve aprender a ensinar, promovendo uma

mudança cultural com a atualização de seus conhecimentos e a adaptação à tecnologia, contribuindo, desse modo, com a formação de cidadãos inseridos no processo de globalização econômica, modernizando a sociedade.

Nos desdobramentos neoliberais sobre o campo educacional, o saber, o conhecimento científico conduz à necessidade de atitudes de iniciativa e autonomia perante aos sistemas de produção e comercialização; à constituição de capital humano adaptado às necessidades do exercício do trabalho, logo flexível às demandas deste, com competências e conhecimentos acumulados e aptos ao labor desenvolvido; à um corpo flexível às inovações tecnológicas; que aprende por toda a vida, enriquecendo seu capital, ambientado à competitividade do mercado global.

Para atender a essa demanda e objetivar novas subjetividades, a escola também tem que se comportar como uma instituição mais flexível e inovadora, assujeitando-se à lógica do mercado; e atuar por meio de uma nova pedagogia, de tal modo que, conseqüentemente, os conhecimentos escolares passam a observar as necessidades do mercado, modificando-se certa autonomia na formulação curricular, adequando a performance escolar a uma mercadoria, uma atividade com um custo e um rendimento.

De acordo com Laval (2004) o neoliberalismo é uma política intervencionista de Estado, logo o regime educacional, faz parte da intervenção que tal governamentalidade impõe aos atores sociais: uma lógica concorrencial, que difere dos pressupostos do Estado liberal ou do Estado de bem-estar social. Entretanto, os pressupostos neoliberais não objetivam o fim do espaço escolar, pois reconhece a força de coerção deste na construção de subjetividades, na organização da sociedade, na constituição da cidadania. O Estado delibera e operacionaliza os grandes campos educacionais do currículo à gestão e avalia posteriormente os resultados da gestão por meio de um sistema estatístico rigoroso, que deve permitir a pilotagem das unidades locais e periféricas, em nome de eficácia e democracia autorregulando e estabelecendo a superioridade das preferências individuais pelos processos mercantis sobre a deliberação, como forma de escolha social.

Como governamentalidade, o neoliberalismo importou para diferentes dispositivos de cunho sociais e culturais, como a escola, não somente uma linguagem específica do universo empresarial, mas toda uma cultura, um conjunto de regras de gestão baseado em métodos e resultados. O dispositivo escolar, como tantos outros, está atravessado, e sobrecarregado, por estatísticas, metas e resultados; joga-se com discursos e regras de gestão: investimentos se modificam em custos, cidadania em empreendedorismo, pedagogos se tornam gestores, professores devem alcançar metas, alunos são empreendedores. A governamentalidade neoliberal, como toda e

qualquer governamentalidade, atua sorrateiramente sobre nós, normalizando, naturalizando nossas crises individuais e coletivas, e, para tanto, atua visivelmente sobre os mais diversos dispositivos; entre eles, o escolar.

Por conseguinte, a razão neoliberal movimentou o discurso escolar para o campo das reformas, da reforma do dispositivo escolar a fim de, pela inovação pedagógica, incorporação de novos dispositivos tecnológicos ou midiáticos, promover profundas mudanças de ordem de uma sociedade antes organizada a partir do coletivo para o individual. De tal modo, a educação, como um bem menos social, político e cultural do que econômico, aposta na competitividade, no empreendedorismo e na rentabilidade do capital humano.

Palavras finais

O mundo escolar é essencial para molde e carcaça da personagem que entrou em cena com a episteme moderna, o cidadão. Foi sobre seu corpo e sua vida que incidiu o projeto de pedagogização do qual emergiu o novo homem de quem descendemos e sobre quem as crises se abatem. Condorcet, no auge do Iluminismo, ancorado nos discursos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), propôs uma escola, intermediada pela razão e pelo conhecimento científico, que conduzisse o homem à cidadania e, como consequência, à liberdade e à felicidade. Este novo velho homem é o sujeito da democracia, dos direitos civis, dos direitos humanos, da liberdade como felicidade estendida a todos que dela quiserem ser parte. É também o homem da economia política, do liberalismo, do capitalismo.

Foucault (2010c) escreve que o controle da população, sua biopolítica, é uma regulação feita pelo Estado, e assim como o liberalismo o foi, hoje o neoliberalismo é condição de inteligibilidade da biopolítica. Se o cidadão naquilo que lhe é mais peculiar, sua persona política, é substituído pelo empreendedor ou acionista, logo um parceiro ou investidor, o conceito de político é modificado e, como tal, a condução e os modos de subjetivação dos sujeitos, ditos cidadãos.

Para Foucault, problematizamos o que somos, o que fazemos, e o mundo em que vivemos; e desta maneira estabelecemos uma atitude em relação à atualidade, ao momento contemporâneo, “uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como isso que os Gregos chamavam um *éthos*” (Foucault, 2008a, p.341), ou seja, a partir das características de certo momento, observar e problematizar o que vivemos, o lugar e seus discursos.

Desta feita, problematizar a escola da governamentalidade neoliberal, a condução e a coerção exercida pelo dispositivo escolar na constituição do cidadão, possibilita aventar a contingência de uma educação escolar sob

valores diferentes, em que palavras e discursos sobre cidadania possam observar vetores em rota de colisão, fora da norma, tensões, resistências às relações de poder da razão e da moral positivista e acumulativa do neoliberalismo, visto que só há poder, dominação, se houver resistência, sublevação. Por conseguinte, por mais que a governamentalidade neoliberal, por meio de suas crises, modifique nossas experiências como a política, não a anula; pois, o exercício da vida é política.

Referências

Condorcet, M. (1943). *Instrução pública e organização do ensino*. Porto, Portugal: Educação Nacional.

Condorcet, M. (1989). Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique. *Enfance*, 42, (4), pp.7-32. Recuperado de http://www.persee.fr/doc/enfan_0013-7545_1989_num_42_4_1898.

Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008a). O que são as luzes? En M. B. MOTTA (Ed.), *Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp.333-351). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária

Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010a). *Nascimento da biopolítica*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Foucault, M. (2010b). *O governo de si e dos outros*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010c). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Foucault, M. (2011a). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.

Foucault, M. (2011b). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Foucault, M. (2014). O sujeito e o poder. En M. B. MOTTA (Ed.), *Ditos e escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade* (pp.118-140). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.

Laval, C. (2004). *A escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina, Brasil: Planta.

Mondaini, N. L. (2012). O respeito ao direito dos indivíduos. En J. PINSKY, y C. B. PINSKY (Ed.). *História da cidadania* (pp.115-133). São Paulo, Brasil: Contexto.

Schérer, R. (2009). A utopia pedagógica. En R. SCHÉRER (Ed.) *Infantis: Charles Fourier e a infância para além das crianças* (pp.25-40). Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.

¹ Apoio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES